



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

SEDE: R. Antão Girão 91-19

Telef. 29917---SETÚBAL

COMUNICADO Nº 5/81

6/3/81

A TODOS OS TRABALHADORES

Parte I

No pretérito dia 27 voltou este Sindicato a ser recebido pelo sr. Director-Geral com quem dialogou sobre algumas das mais importantes questões que preocupam os trabalhadores do nosso sector. Do que foi essa entrevista, vamos dar conhecimento.

- a) No nosso anterior comunicado tínhamos noticiado que nós tinha sido recusada uma cópia do Decreto que o Director-Geral tinha preparado para apresentar ao Governo e que inclui matérias tão importantes como as letras, o aumento do prémio de cobrança pelo ónus da função para os serviços da fiscalização, antiguidades e outras. Tal procedimento estava em contradição com o que até agora tinha sido seguido pela Direcção-Geral e motivou o nosso protesto indignado.

Referiu, nessa entrevista, o Director-Geral que nenhuma culpa lhe cabia dessa situação, visto que, tendo, em 4 de Fevereiro, pedido licença ao Secretário de Estado do Orçamento para dar conhecimento aos trabalhadores e suas organizações do projecto de Decreto, essa licença lhe foi negada, pelo que está obrigado a guardar sigilo.

Colegas: Quem não deve não teme e é de desconfiar fortemente da atitude de um Governo que há dois meses não atende às solicitações para um encontro com a Direcção do nosso Sindicato e que impõe ao nosso Director-Geral silêncio sobre assuntos de grande importância para nós. Vamos fazer mais pressão junto do Governo e alertamos os colegas para a necessidade que poderá haver de tomarmos atitudes firmes e eficazes para fazer valer as nossas pretensões.

Parece estar a ser intenção menosprezar a opinião dos trabalhadores e ignorar os seus interesses. Isso não poderemos consentir!

- b) Tinha sido carregada ao Sindicato a preocupação dos serviços de fiscalização sobre o boato que iam ser compelidos a executar trabalhos aos sábados, domingos e feriados, bem como trabalho nocturno, sem retribuição especial. Posta a questão ao sr. Director-Geral, este garan

tinu em absoluto que:

- 19-O trabalho prestado nessas condições seria retribuído rigorosamente segundo as leis que vigoram para o trabalho extraordinário;
20-Esse trabalho será prestado em regime de voluntariado.

Estão, pois, afastados os receios que impendiam sobre certos sectores, tendo sido as garantias dadas pelo Director-Geral sobre este assunto bastante firmes.

- c) Também foi com firmeza que o Director-Geral garantiu que se mantinha a data de 31 de Março para a ida para o Tribunal de contas do momento dos liquidadores de 1ª classe aprovados em concurso. Embora a Direcção tivesse insistido nos boatos que correm de que seria grande o atraso nos trabalhos, o Director-Geral voltou a desmentir tais boatos e a asseverar que a data limite por si marcada seria cumprida.
- d) A demora de realização e até mesmo de marcação do seu início e duração do curso para peritos tributários de 2ª classe e chefes de repartição de 1ª, tem criado uma certa inquietação entre os funcionários candidatos aos mesmos. Também foi garantida, no entanto, a efectivação dos ditos cursos nos termos da lei e em tempo útil para a posterior efectivação das provas. A lição satisfaz-nos que assim seja, pois a lei fez-se para se cumprir e, se outro fosse o procedimento da Administração, o Sindicato teria de agir muito firmemente.
- e) Levantaram bastante celeuma as provas realizadas para supervisores tributários e técnicos orientadores, conforme o Sindicato já tinha exposto em anterior comunicado.
- Foi mais um assunto largamente abordado entre a Direcção do Sindicato e o Director-Geral e seus colaboradores (Dr. Elder Fernandes e Director Peixoto). Apesar das longas explicações apresentadas para as anomalias verificadas, foi evidente que o concurso não foi efectuado nas condições que devia ser, embora, a rigor, não se possam quantificar e personalizar os prejuízos havidos por alguns.
- O Director-Geral comprometeu-se a dar explicações sobre o assunto, possivelmente por meio do Boletim da D.G.C.I. além de, evidentemente, se tomarem todas as precauções para obviar de futuro situações semelhantes. O Sindicato estará atento, para detectar possíveis incorrecções nas explicações prestadas e corrigi-las publicamente, se fôr caso disso.
- f) Continua em aberto, não tendo resultado a conversa havida entre o Director-Geral e a Direcção do Sindicato sobre este assunto, a problemática levanta da pela promoção a peritos de 1ª dos peritos de 2ª colocados nos Serviços

Centrais e nas Direcções de Finanças. Questão complexa, o Director-Geral não admite qualquer abordagem do assunto, teimando em manter uma situação que é perfeitamente anómala e que, a ser mantida, poderá vir a criar situações de injustiça relativa bastante graves. O Sindicato, embora o Director-Geral mantenha a sua irredutibilidade, não vai abandonar o assunto e procurará outros meios de acção.

Parte II

Mas não só da entrevista com o Director-Geral temos notícias a dar. Também teremos de falar de mais alguns pontos que têm inquietado os funcionários da D.G.C.I. em geral ou alguns grupos em particular e que se movem um tanto fora do controle da Direcção-Geral. Deles nos vamos agora ocupar.

a) Questão do corte de remunerações acessórias ao pessoal administrativo e auxiliar

- Este assunto continua em ponto morto, pois só a nível ministerial poderá ser tratado e continuamos sem ser recebidos pelo Ministro das Finanças ou Secretário de Estado do Orçamento. A desculpa até agora dada para não sermos recebidos foi o empenhamento desses membros do Governo na preparação do Orçamento. Esperamos que logo que a discussão dele termine possamos evoluir na situação.

Entretanto, tendo o Sindicato exposto o assunto aos Grupos parlamentares, o Grupo Parlamentar da U.E.D.S. pela voz do deputado Lopes Cardoso, interpelou o Governo sobre o caso, bem como sobre a demora na colocação dos liquidadores tributários aprovados em concurso.

b) Aumento Geral do funcionalismo público - Continuam as conversações, embora de modo muito pouco satisfatório. A imprensa tem-se feito eco dessas conversações e por isso dispensamo-nos de fazer um relato longo, além de que ao comunicado da Fesap com o nº2 quase nada há a acrescentar por enquanto. Realizou-se depois dele, mais uma longa reunião com o Ministério da RA sem que se passasse do mesmo ponto. Aguardamos por nova reunião nas próximas quinta-feira, dia 5, em que alguma coisa terá de ser clarificada.

Recordamos que há algo muito importante que está em jogo, para além da tabela salarial: o Governo tem, sistematicamente, sustentado que os Sindicatos não estão ali em negociações mas sómente a participar. É uma tese que não podemos admitir. O Estado, ao estabelecer relações de trabalho, não pode ser diferente de qualquer outro grande empregador. Ou seremos nós cidadãos de 2ª ordem?

Parte III

a) Recordamos, mais uma vez, a amnistia de quotas em atraso que a Assembleia Geral decretou em 30 de Janeiro. Devem os delegados sindicais agir junto dos colegas

que tenham quotas em atraso, para os levar a regularizar a situação. Quem pagar a partir de Janeiro do corrente ano e o faça até 30 de Abril próximo, readquirá todos os direitos de sócio, como se nunca tivesse estado em falta. E, para comodidade de todos, melhor seria que todos comesçassem a descontar no prémio de cobrança.

b) Não podemos encerrar este comunicado sem recordar, não sem alguma emoção e saudade, que estão agora a decorrer 2 anos sobre a primeira grande greve, a aquela que forçou o Governo a ceder-nos a Reestruturação, aquela que mostrou uma força insuspeitada da parte dos trabalhadores dos impostos, a ocasião em que a solidariedade não foi uma palavra vã, em que a coragem e a determinação de alcançarem os seus objectivos tornarem os homens das Contribuições e Impostos como uma força a respeitar. Fazemos votos para que todos meditem no significado do que foi esta greve, daquilo que se conseguiu e que se poderá conseguir se o mesmo espírito se mantiver e se ampliar como é lógico e evidente que se deve fazer. E tanto ou mais do que os benefícios materiais conseguidos, interessa salientar a vitória que sobre si própria representa prosseguir uma luta como aquela que travámos.

Saudações Sindicais

A DIRECÇÃO,

[Handwritten signatures and stamps]